

A EVOLUÇÃO DO DÓLAR E SUAS MÚLTIPLAS AFETAÇÕES INTERNACIONAIS.

“A aparente fraqueza do dólar é a sua real força pois ele é um legítimo Cavalo de Tróia no Sistema Monetário Mundial.” Prof. Sérgio Borja

1. O DÓLAR

1.1. Evolução Histórica do Dólar

Quando se organizaram os Bancos da Reserva Federal Americana, em novembro de 1914, o mundo estava em guerra, mas os Estados Unidos não participavam todavia do conflito. Nos anos anteriores a entrada dos EUA na guerra o Sistema se ocupava da sua organização e não tinha problemas creditícios agudos para resolver. A redução das reservas bancárias requeridas que consolidou a Lei da Reserva Federal original e as emendas feitas durante a guerra, junto com a entrada de ouro, proporcionaram as bases para a expansão do crédito ocasionada pela demanda de exportações dos Estados Unidos para os beligerantes.

Tanto na primeira como na segunda Guerra Mundial, a consideração que determinou a política da Reserva Federal foi a necessidade de ajudar o financiamento da guerra, mas o crédito dado pelos Bancos da Reserva Federal foi feito em grande parte na forma de bilhetes da Reserva Federal. Um esboço gráfico do quadro de ativos e passivos da Reserva Federal nestes períodos daria a impressão que somente havia um aumento na demanda circulante, satisfeita pelo Sistema da Reserva Federal mediante a emissão de bilhetes. Não se identificava, na ocasião, o que realmente se sucedeu, seja, que o financiamento teve que facilitar-se e que isto se fez durante a primeira Guerra Mundial através da política de tipos de interesses e durante a segunda Guerra Mundial, sob a forma de operações do mercado aberto.

No ano de 1924 a política da Reserva Federal esteve, conscientemente, sob a influência dos acontecimentos internacionais. Os diretores da banca central, sob o Governador do Banco da Reserva de Nova York, Benjamin Strong e do Governador do Banco da Inglaterra, Montagu Norman, se dedicaram sobre a tarefa de ajudar a reconstrução do comércio internacional mediante o resabelecimento de um padrão de ouro efetivo. Formados na tradição de banca central, estes homens acreditavam que a restauração de uma relação fixa entre as principais divisas e o ouro e os movimentos livres deste, era o passo central e necessário para a reconstrução pós-guerra. Já haviam visto operar com êxito o padrão ouro antes da guerra e estavam convencidos de que sua reimplantação era essencial para a recuperação do comércio internacional em grande escala e por conseguinte a reabilitação das economias arruinadas. A Inglaterra deveria abrir a marcha reiniciando os pagamentos em ouro com base na antiga taxa de dólares de 4,87 por libra esterlina. Outros países a seguiriam.

Em 1929 a especulação do mercado de ações chegou a tal grau que perturbou seriamente as operações regulares da economia. A Junta, na sua maioria acreditava que a especulação no mercado de ações, não era assunto de responsabilidade do Sistema e assim não fizeram uso dos fundos da Reserva Federal, pois seria ilegítimo castigar negócios legítimos com taxas altas impostas para frear a especulação. Em vez de aprovar taxas mais altas de descontos conforme sugerido a Junta emitiu uma declaração no sentido de que os fundos da Reserva Federal não deveriam empregar-se em usos especulativos e que os bancos que fizessem empréstimos para operações em Bolsa não deveriam esperar, ao mesmo tempo, que a Reserva Federal lhes desse ajuda.

A política da Reserva Federal durante os três anos seguintes de 1933 até 1936 foi de contínua liberalização do crédito. As taxas de desconto que haviam oscilado entre 21/2 e 31/2 por cento na época do fechamento dos bancos foram gradualmente reduzidas a um nível entre 11/2 a 2 por cento em maio de 1935.

No verão e no outono de 1933 houve uma mudança importante; os homens pró- moeda forte perderam poder. A reviravolta na luta pela mente de Roosevelt, mais visível e dramática do que muitas reviravoltas em questões econômicas foi provocada pela Conferência Econômica de Londres.

A Conferência Econômica e Monetária que se reuniu em Londres em junho de 1933, foi, juntamente com a Conferência de Potsdam em 1945, uma das reuniões internacionais verdadeiramente mais bizarras do século, pelo menos até agora. Uma herança do governo Hoover feletia a esperança de que a discussão internacional pudesse, de algum modo, mitigar os problemas econômicos que afligiam o mundo, principalmente a instabilidade das moedas, tarifas protecionistas, o “dumping” de mercadorias em excesso e, além desses, o próprio mal terrível da depressão. Sessenta e seis nações fizeram-se representar, uma garantia de que nenhuma idéia de melhoria, por mais deplorável que fosse, seria esquecida. Na prática, o propósito muito mais limitado da conferência era permitir aos países que ainda estavam no padrão-ouro – França, Itália, Suíça (evidentemente), Bélgica, Holanda, Polônia (estranhamente) e os Estados Unidos – tentar persuadir os que o haviam abandonado a estabilizarem as suas moedas. Essa estabilização não envolvia mistério algum; exigia apenas que os traidores monetários tornassem o ouro disponível para conversão sempre que as suas moedas caíssem abaixo de uma certa taxa de câmbio pelas moedas apoiadas no padrão-ouro. A partir daí, as suas moedas não cairiam mais. Os Estados Unidos estavam firmemente no padrão-ouro, com amplas reservas do metal, e era liderado por homens para os quais o padrão ouro era uma religião.

Em 1944, em New Hampshire, no Hotel Monte Washington em Bretton Woods, em julho, estabeleceu-se o símbolo da política monetária mundial. Ali, além do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento estabeleceu-se uma política para a moeda, em termos mundiais, era o sistema chamado de Bretton Woods. Com relação ao Fundo, todos os países comprometiam-se a manter as suas moedas estáveis – sujeitas a uma pequena flutuação de 1% - em relação às dos demais. Se a moeda de um país começasse a cair sob a pressão de importações excessivas e pequeno volume de exportações, digamos, o seu banco central compraria essa moeda e apoiaria o seu valor em relação ao das moedas de outros países. E se as reservas geralmente mínimas do banco central em termos de moedas aceitáveis aos outros países não permitissem tais compras, o país poderia recorrer ao FMI para obter ouro, dólares ou outras moedas aceitáveis para manter o programa de sustentação. Ao fazer isso, depositava um montante equivalente de sua própria moeda como garantia. Não passava de um mecanismo pelo qual se podia obter rapidamente um empréstimo de divisas fortes. O montante máximo que podia ser emprestado por um país junto ao FMI estava limitado à sua quota – o montante de sua contribuição. Uma escala de custos crescentes com o montante e a duração do empréstimo estimulava o país a eliminar as circunstâncias que houvessem levado à necessidade original. E ganhava tempo para tomar as medidas terapêuticas – impostos mais altos, menores despesas públicas, taxas de juros mais altas. Se o país fosse pequeno e vulnerável a aconselhamento. Ele seria instruído pelo FMI quanto a conveniência de tais medidas e, com o tempo, as missões do FMI adquiririam uma certa reputação devido à severidade e até mesmo ao sadismo político de suas recomendações. O sacrifício que o ouro infligia imediatamente era infligido um pouco mais tarde pela missão do FMI. Se os problemas do balanço de pagamentos do país fossem persistentes, ele recebia permissão para uma desvalorização em relação ao ouro e às outras moedas até o limite de 10%. Esse era o sistema de Bretton Woods. Após discussões adicionais a respeito de sua organização em Savannah, em 1946, o Fundo começou a funcionar em Washington, em 1º de março de 1947. Os países comunistas, após considerarem inicialmente a possibilidade de filiação, não se associaram ao Fundo.

No começo da década de sessenta, teve início um segundo grande período de criação de instituições internacionais, todas com o objetivo de defender e apoiar o sistema de Bretton Woods. No início de 1962, em resposta a uma iniciativa do Tesouro, as dez potências financeiras mais importantes entraram em um acordo para escorar o Fundo Monetário Internacional com uma linha de crédito de 6 bilhões de dólares; esse crédito poderia ser colocado à disposição, no caso dos recursos próprios do Fundo serem insuficientes para auxiliar no apoio à moeda de alguns países participantes. O mecanismo foi denominado de General Arrangements to Borrow – GAB.

Para os Estados Unidos, esse mecanismo tinha duas vantagens. Embora não houvesse nenhuma intenção clara de saques junto ao FMI, por parte dos norte-americanos, os novos acordos demonstraram que fundos substanciais poderiam ser dirigidos para cobrir um ataque especulativo sobre o dólar, sem forçar os Estados Unidos a venderem grandes quantidades de ouro. Da mesma forma os EUA não desejavam que outros países se encontrassem, subitamente, com falta de liquidez e fossem forçados a emprender desvalorizações, que iriam minar sua posição competitiva.

Seis bilhões de dólares era muito dinheiro na época, mas o GAB era importante, mesmo sem considerar o dinheiro empenhado pelos Estados Unidos e os outros nove países. O Japão foi convidado pela primeira vez a tornar-se membro do clube de países que tinham assumido responsabilidades especiais para com o sistema; além dos Estados Unidos, os outros eram o Canadá, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália, Bélgica, Holanda e Suécia. O espectro de seus compromissos foi, na época, um reflexo interessante da influência financeira relativa de cada país. A obrigação de 2 bilhões de dólares dos Estados Unidos era, naturalmente e de longe, a maior. A Alemanha, a nação europeia derrotada, tinha se tornado, claramente, a maior economia do continente, detendo a posição externa mais forte. Comprometeu-se com a segunda maior linha de crédito, 1 bilhão de dólares. A Grã-Bretanha, com sua herança de grande potência financeira, também concordou com 1 bilhão de dólares. O novo membro, o Japão, comprometeu somente 250 milhões de dólares – decididamente uma proporção diferente da que seria decidida hoje. O GAB originou algo chamado Grupo dos DEZ – G-10, ou Clube de Paris. Mais tarde a Suíça associou-se a ele, mas o nome permaneceu. Esse grupo foi o precursor de todos os vários grupos menores – G-5, G-7, G-24 e C-20 – que, durante os vinte anos seguintes, vieram a povoar a paisagem das finanças internacionais oficiais.

1.2. O Dólar como Moeda Internacional

O sistema monetário internacional tornou-se um assunto bastante popular a partir do colapso do sistema de Bretton Woods, mas devemos fazer uma distinção entre dois elementos que se interrelacionam, em qualquer sistema. Um é o papel desempenhado pela moeda e, particularmente, pelas moedas de reserva. O outro são os acordos referentes a taxas de câmbio entre as diferentes moedas.

Sob o padrão-ouro clássico, o ouro era a única moeda de reserva, possuindo uma taxa de câmbio fixa contra todas as moedas. Sob o sistema Bretton Woods, o ouro e o dólar eram moedas de reserva, e a taxa entre eles foi fixada em 35 dólares a onça. O governo norte-americano garantia a conversão entre o ouro e o dólar. Em outras palavras, esse governo tornou o dólar tão bom quanto o ouro. A taxa de câmbio entre o dólar e as outras moedas era uma espécie de cotação ajustável, e os países podiam alterar as taxas de suas moedas contra o dólar somente quando seus pagamentos estavam em uma situação de profundo desequilíbrio e o FMI aprovava.

1.3. O Dilema de Triffin

Robert Triffin, um economista belga, que em 1960 publicou um livro intitulado *Gold and the dollar crisis*, foi o primeiro a detectar e a diagnosticar o problema inflacionário com referência a circulação internacional do dólar. Para ele, o sistema de Bretton Woods continha uma falha inerente e potencialmente fatal, seja, sua dependência em relação ao dólar. Ele argumentou que, uma vez que o volume de comércio aumentava com o tempo, qualquer sistema de taxas fixas de câmbio necessitaria de um aumento das reservas utilizáveis; em outras palavras, um aumento do dinheiro internacionalmente aceito, com a finalidade de financiar o comércio e investimentos crescentes. A produção futura de ouro, a um preço fixo, não conseguiria suprir as necessidades existentes, de modo que a fonte de liquidez internacional necessária para lubrificar o crescimento, dentro do sistema de Bretton Woods, teria de ser o dólar. O único caminho para colocar esses dólares nas mãos do restante do mundo era o déficit na balança de pagamentos norte-americana. Assim é, "que os criadores de Bretton Woods haviam feito, inadvertidamente, fora improvisar um sistema monetário mundial dependente dos déficits norte-americanos, os mesmos que todos consideravam destabilizantes, na década de sessenta. Se os déficits dos Estados Unidos continuassem, a confiança no dólar - e posteriormente, no sistema - seria minada, e o resultado seria instabilidade. Porém, se os déficits fossem eliminados, o restante do mundo ficaria privado dos dólares que necessitava para construir suas reservas e financiar o crescimento econômico. Para outros países, a questão tornou-se, depois, definitiva: deter mais dólares em suas reservas, ou trocá-los por mais ouro norte-americano. Este último caminho, provavelmente mais cedo do que tarde, forçaria os Estados Unidos a pararem de vender ouro, um dos alicerces do sistema. O caminho anterior, deter uma quantidade crescente de dólares, minaria inexoravelmente a confiança, uma vez que as demandas potenciais em relação aos estoques americanos de ouro excediam em muito a quantidade disponível para supri-las. Ambos os caminhos continham as sementes de sua própria desgraça na análise que ficou conhecida como o Dilema de Triffin no qual era difícil escapar de sua lógica implacável."

2. A EXPANSÃO INTERNACIONAL DO DÓLAR

2.1. Histórico

Na arena maior da política internacional, um grande desafio a Bretton Woods – e, através de Bretton Woods, aos Estados Unidos – já fora lançado pelo presidente de Gaulle, da França. Os franceses há muito tinham tornado clara sua irritação com as invasões em sua autonomia e mostrado uma forte antipatia pelo que consideravam a dominação econômica da Europa pelos Estados Unidos. Esse *défi américain*, aos olhos dos franceses, fora sintetizado por grandes investimentos de empresas norte-americanas no novo Mercado Comum Europeu, investimentos facilitados, a seu ver, por taxas

de juros norte-americanas injustificadamente baixas. Assim como aconteceu com os investimentos norte-americanos levaram a medo e ressentimento um tanto difusos, mesmo quando eram bem recebidos pelas empresas e localidades beneficiadas pelo dinheiro.

No dia 4 de fevereiro de 1965, de Gaulle aproveitou a oportunidade oferecida por uma de suas entrevistas coletivas para a televisão para deflagrar uma ofensiva aberta. Seu argumento básico era de que o “sistema do dólar” concedia aos Estados Unidos um “privilégio exorbitante”. O país era capaz de autofinanciar-se livremente no mundo inteiro, pois, ao contrário dos outros países, seus déficits na balança de pagamentos não levavam à perda de reservas, podendo ser saldados em dólares, sem limites. A solução seria voltar ao padrão-ouro .

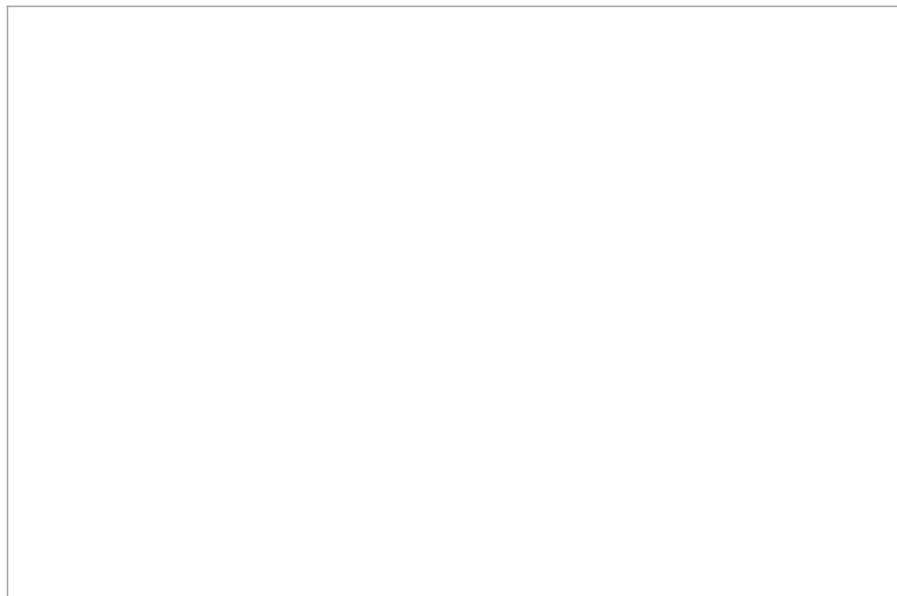
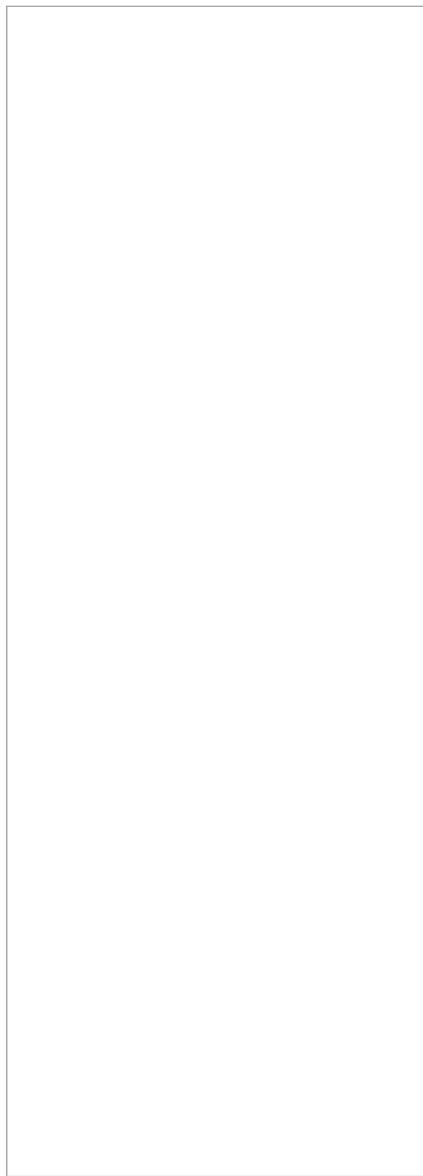
O que precedera tudo isto foi que “em 1961, a proporção entre os montantes de dólares e de ouro fora dos Estados Unidos tinham subido acima dos níveis considerados suportáveis, para US\$35 por onça de ouro. O preço relativo do dólar começou a cair (em outras palavras, o preço de mercado do ouro começou a subir mais de US\$35). Nessa medida, tornou-se vantajoso para os bancos centrais exigir do Tesouro norte-americano a conversão de dólares em ouro. Os países industrializados, por essa razão, criaram o “Goold Pool”, estabelecido em um acordo pelo qual eles se comprometeram a não converter seus dólares e a vender ouro de suas reservas, em um esforço para aliviar as pressões sobre os Estados Unidos.

Essa ajuda externa teve um custo para os governos e bancos envolvidos, pois eles não tinham qualquer garantia de receber o pagamento em dia de seus créditos de curto prazo. Quando os Estados Unidos se negaram a subordinar outros objetivos econômicos e políticos à defesa do preço do ouro em dólares, seus parceiros se mostraram menos dispostos a emprestar apoio à moeda norte-americana. Grã-Bretanha, Suíça e os membros da Comunidade Econômica Européia tinham contribuído com um total de 40% do ouro vendido no mercado londrino; quando a relutância dos norte-americanos em promover um ajuste ficou evidente, aqueles países concluíram que seriam forçados a contribuir com uma fração cada vez maior do total. A França, cética como sempre em relação a este tipo de acordo, abandonou o “Gold Pool” em junho de 1967, obrigando os Estados Unidos a aumentar sua participação. Quando a desvalorização da libra comprometeu a confiança do dólar, forçando os membros do “pool” a vender US\$800 milhões de ouro em um mês, o destino estava escrito. O fim do acordo veio na primavera seguinte. Para impedir o esgotamento do ouro do Fed, permitiu-se a elevação do preço do metal em transações entre particulares, embora o preço pelo qual ele era negociado em transações oficiais fosse mantido inalterado. Quando o preço nos mercados privados disparou para mais de US\$40, passou a ser consideravelmente mais vantajoso para outros bancos centrais obter ouro do Fed por US\$35 a onça. O custo do suporte ao dólar tornou-se claro aos olhos de outros bancos centrais. A consequência foi o colapso do sistema monetário de Bretton Woods .

2.2. A inteiração da evolução dos vários Déficits Americanos e o Dólar

O déficit americano em conta corrente é o equivalente a 60 milhões de dólares por hora, o que se equipara a mais ou menos meio trilhão de dólares por ano equivalente a 5% do GDP dos EUA .

O déficit imobiliário:

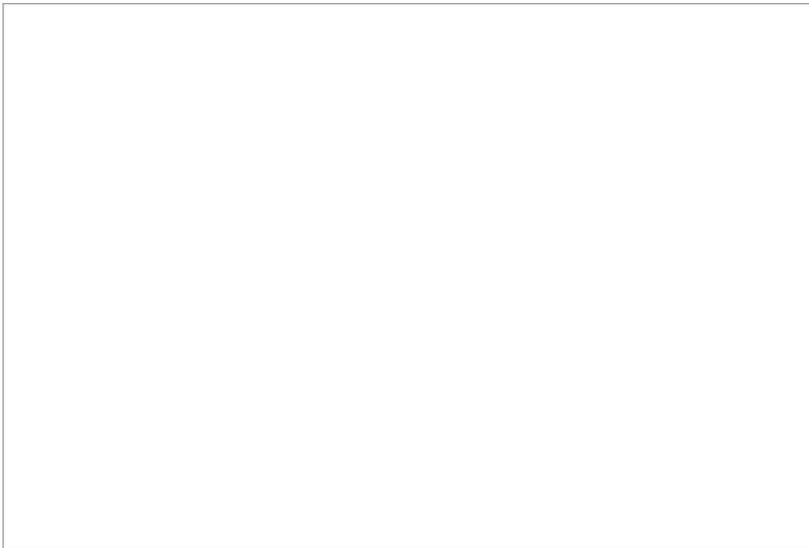
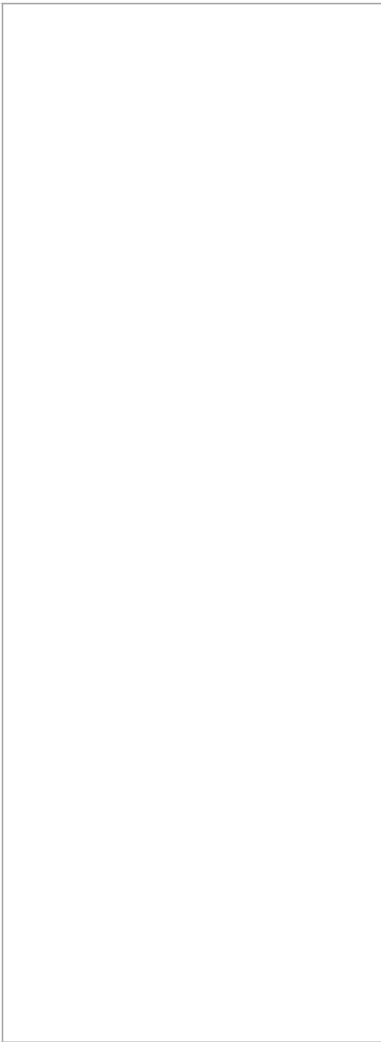


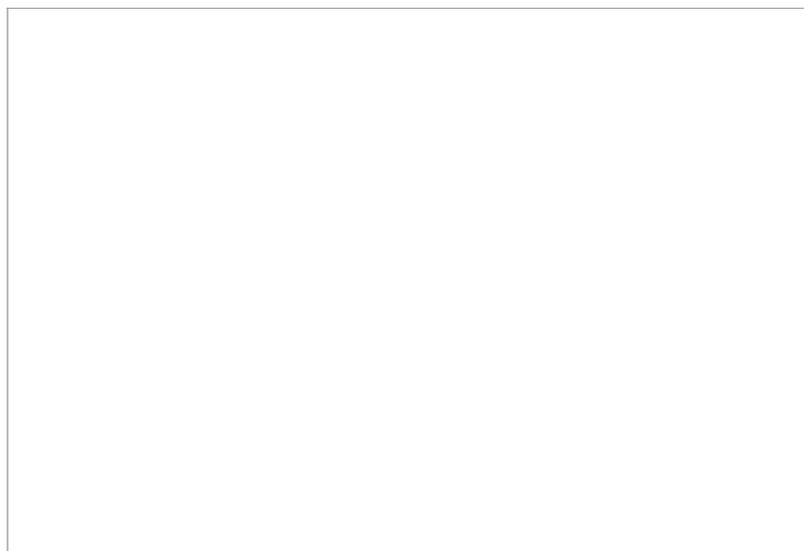
(Created by Marianna Quenemoen; Updated by Federica Milo, July 2006)

O DÉFICIT PÚBLICO:

US Government Budget Surpluses and Deficits: 1970 - 2006

Source: [Congressional Budget Office](#)



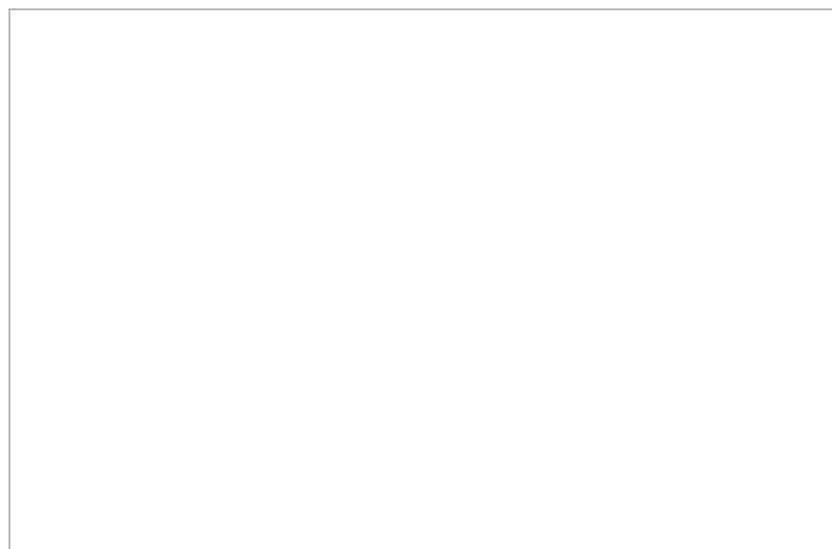


(Created by Pekka Hirvonen, April 2005. Updated by Federica Milo, July 2007)

US State and Local Government Debt 1966 - 2002

Figures in US \$Millions

[Table](#)



Source: Federal Reserve, *Flow of Funds* (June, 2003)

(Created by Marianna Quenemoen)

2.3. Evolução dos déficits americanos e afetações com o dólar

Com a globalização que caracteriza-se como um processo de forte aceleração de mudanças tecnológicas determinadas pela intensa difusão de inovações telemáticas e de informática; pela emergência de novos padrões de produção, com a disseminação de sistemas *just-in-time*; pelo avanço da concentração do poder dos mercados internacionalizados e do crescimento dos oligopólios em escala mundial, o que já fora objeto de estudo por Hilfirding, em *O Capital Financeiro* e posteriormente por John Kenneth Galbraith em *O Capital Industrial*, emerge, pós Bretton-Woods, onde os EUA apareciam como nação hegemônica, um novo macro-cenário mundial.

Simbolicamente com a queda do muro de Berlim, em substituição à bipolaridade nuclear-militar URSSx EUA, e a subsequente hegemonia e liderança americana, ocorre a erosão desta base causada pelo movimento de unificação europeia e pela ascensão da indústria japonesa que conduziu ao que se convencionou chamar de policentrismo econômico-tripolar (Europa-Japão-EUA). Este novo cenário mundial vai erodir ainda mais o sistema de Bretton Woods, que através das alternativas de economistas como Harry Dexter White e Lord Keynes, institucionalizava um sistema de câmbio de taxa fixa com padrão ouro, transformando-o paulatinamente no atual "não sistema" que, conforme Paul Volcker e Toyoo Gyohten, é um "sistema" de flutuação no qual temos múltiplas moedas de reserva, tais como o dólar, o iene e o marco, que o tornam altamente instável.

Aliado a todos estes problemas constatou-se, concomitantemente, um aprofundamento e um distanciamento entre a economia física, a

monetária e a financeira. Nos EUA a partir de 1970, detectou-se uma gradativa queda de seu produto real líquido refletindo-se, da mesma forma, numa deteriorização de sua infra-estrutura básica. Tal decréscimo situa-se num percentual de 2% ao ano que vem sendo compensado com substitutivos identificados como aqueles de canibalização de seus investimentos domésticos anteriores em infra-estrutura, produção e força de trabalho e através da pilhagem de países estrangeiros, notadamente os latino-americanos, através de manipulações cambiais propiciadas pelo sistema monetário internacional (LaRouche - II/1997 - Uma alternativa ao neoliberalismo).

A persistência desses indicativos negativos ocasionaram paulatinamente o acaso do sistema americano e os EUA, de nação hegemônica e credora, passa a ocupar o lugar no mundo de maior nação devedora. Suplantado o dilema de Triffin, os EUA abandonam gradativamente o sistema de conversibilidade total e lastro ouro passando a emitir dólar, que torna-se a moeda internacional e necessária, passando a ser não só monetariamente, mas financeira e contabilmente, a moeda que supria e supre o meio circulante mundial e que servia e serve de valor referencial para a abertura e fechamento de qualquer operação financeira mundial, fosse ela pública ou privada. Nesta razão, a constante emissão de dólares, uma das maiores causadoras do déficit público, concomitantemente ao déficit fiscal e da balança comercial, ocasiona, com a persistência dos déficits públicos internos, a necessidade de seu financiamento através da emissão de títulos públicos de alta liquidez e baixo risco que ocasionaram através de técnicas sofisticadas (v.g., derivativos, operações a termo e a futuro, swaps, etc...) o inchamento do que se convencionou chamar de economia financeira fictícia.

A este mega-processo do estado americano, por um processo de indução e mimetismo pleno de analogia, as demais nações do mundo, notadamente as economias emergentes, utilizando-se de processos não idênticos mas similares, afundaram-se de mesma forma neste processo de endividamento através do crédito fácil, ocasionando, um processo de sinergia que inflaciona os ativos financeiros, distanciando-os da economia física e real e causando, por outro lado, um processo de rapinagem sobre a economia real ou ativos físicos, seja a produção.

Vários economistas de renome no mundo, em cima do cenário acima descrito, descrevem um fenômeno de hipertrofia artificial do sistema financeiro mundial, como se fosse uma mega-bolha, inflada pelas expectativas dos derivativos e todas as operações a termo e a futuro, que em detrimento da economia física, real, vampirizam-na, levando a um esgotamento que fatalmente levará a um acerto de contas final, pondo fim ao "Sistema de Corrente" e implodindo-o como um castelo de cartas num Mega-Crash esta pirâmide de economia fictícia. O mega-passivo-futuro, capital financeiro-fictício, desconectado de sua razão inicial, ativos reais, implodirá o sistema vigente, necessitando-se nesta ordem, de uma nova perspectiva e um novo pacto mundial, sob novos parâmetros, para que em termos de realidade implemente-se a justiça social e econômica que propiciem a felicidade dos povos e nações neste terceiro milênio. Urge um novo Bretton Woods, uma repactuação global através de novas regras para o FMI sob os parâmetros sofisticados do terceiro milênio que equalize as regras da OMC e do GATT em consonância com as da OIT, para que assim, concomitantemente, tenhamos o equilíbrio do capital e do trabalho na aldeia global.

Todos os abalos que se constata no sistema financeiro mundial, notadamente nas bolsas, Indonésia, Coréia, Tailândia, Filipinas, Japão e Hong-Kong, em realidade, referencialmente, começam lá sob uma perspectiva cronológica, porquê do ponto de vista real e substancial, este verdadeiro carcinoma econômico está embutido holisticamente (ubiquamente) em todo o sistema financeiro mundial, como se fosse um vírus de software, como uma bomba relógio, pronto para estourar frente ao acionamento dos indicativos internos dos países. Assim, estabelece-se um estopim ou sistema de acionamento de crise, que com relação aos demais países ainda não engolfados na crise, seu mecanismo está ligado na razão direta *tempoxdéficits*. O agravamento e esgotamento dos indicativos macro e micro-econômicos, com escalonamento gradativo e irreversível de índices tais como, déficit público interno e externo, taxa de cambio maquiada e artificial, déficit no balanço de pagamentos; déficit em contas correntes, taxas de juros elevadas, déficit fiscal, são indicativos, que na razão direta ou inversa de sua ocorrência, monitoram a possibilidade próxima ou remota do crash. Neste campo, podemos afirmar, que o Brasil, nação mais endividada do mundo logo atrás dos EUA, apresenta-se em face da sintomatologia dos indicativos e índices emanados dos informativos econômicos, apesar da propaganda governamental que gasta aproximadamente o equivalente a meio bilhão de dólares para exorcizar este fantasma, num páreo duro com a Rússia, Ucrânia e Itália, como o próximo da lista ou a bola (ou bolsa) da vez, necessitando-se somente esclarecer o primeiro termo da equação *tempoxdéficits*. No Brasil o déficit público nominal vai a 5,89% do Pib, a dívida em 1992, que situava-se ao redor de 136 bilhões, foi para mais de 148 após o Plano Real e, desde então tem crescido 11% cada ano. Assim temos: 95 - 163 bilhões; 96 - 179 bilhões; e 97 - mais de 197 bilhões. Quase 200 bilhões. Agora, em 1998, fechado o balanço de 1997, a contabilidade acusou um total, considerando a dívida da União, estados e municípios, somados, de 306 bilhões, quase 6% do Produto Interno Bruto, que é a soma de tudo quanto o país produziu no exercício em todos os segmentos da economia, inclusive prestação de serviços. Outro fator macro-econômico de importância na observação dos fatos é a expansão da base monetária ou meio circulante da ordem de 63% em doze meses para custear o déficit e que, conforme um raciocínio monetarista, poderia incrementar a inflação. Cotejando situações análogas, o Bundesbank, banco central da Alemanha, o mais inflexível entre os mais importantes bancos centrais, em razão de sua independência, sustenta que o crescimento da base monetária - a quantidade de dinheiro em circulação na economia do país - tem um impacto direto sobre a economia e mais importante, sobre a inflação, assim, se a base monetária alemã teve um crescimento de 4,8%, num mesmo período a brasileira deu um salto de 24,1%. Os economistas constata ainda mais, que não é a taxa de expansão do meio circulante, que academicamente foi sempre colocada no elenco dos fatores geradores de inflação, que no caso brasileiro paradoxalmente torna-se indiferente a esta que passa a justificar sua ocorrência, não mais neste item, mas exatamente no câmbio sobrevalorizado, que possibilita um alto poder aquisitivo no exterior na aquisição de importações que posteriormente colocadas no mercado, com seu dumping social e cambial embutidos, deprimem os concorrentes mantendo artificialmente os preços estabilizados a custa do sucateamento da produção nacional como um todo. Os indicativos da economia global estão aí para serem lidos: valorização dos metais nobres no mercado mundial (ouro e prata); a edição da Business Week de janeiro sob o título de "inflação zero da economia" em que uma nota de dolar, ilustrando a matéria, vem sintomaticamente, logo após as quedas dos tigres, com prumo e nível exorcizar a corrida ao balcão; a informação de que foi revogada pelo Tesouro Americano a necessidade de troca das moedas antigas de dólar até o ano 2000; a certeza de que a volatilização de 500 bilhões de dólares em Nova York e 700 bilhões de dólares na Ásia não correm impunemente sem disparar o efeito dominó; as declarações recentes e reiteradas do charmain do FED (Federal Reserve Board - banco central norte-americano), Alan Greenspan de que os reflexos da crise asiática não atingirão os EUA; o aumento dos juros norte-americanos; e por último a decisão do setor financeiro americano e do próprio Congresso, no sentido de negar um novo aporte de 50 a 60 bilhões de dólares para o FMI repactuar as dívidas de curto prazo do saco sem fundo dos ex-tigres. Kenneth Courtis, chefe do Deutsche Bank da Ásia, que vive no Japão e o professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Rudiger Dornbusch, estabelecem um prazo de mais ou menos seis meses, quando a política de desvalorização das moedas asiáticas que ocasiona o efeito "beggar-thy-neighbor", favorecerá ainda mais suas exportações aliando ao seu já praticado dumping social o chamado dumping monetário, vencendo de roldão nações com câmbio sobrevalorizado e com custos altos na produção, ocasionado pela alta dos juros internos e alíquotas de impostos, como é o caso do Brasil.

François Chenais, em sua obra a Mundialização do Capital, afirma textualmente que "é na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza. Um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e seu crescimento, em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento, ou do PIB (inclusive nos países do OCDE), ou do comércio exterior. Esta dinâmica específica das finanças alimenta-se de dois tipos diferentes de mecanismos. Os primeiros referem-se à inflação do valor dos ativos, ou seja, à formação do capital financeiro. Os outros baseiam-se em transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este. Trata-se de 20% do orçamento dos principais países e de vários pontos de seus PIBS, que são transferidos anualmente para a esfera financeira. Parte disto assume então a forma de rendimentos financeiros, dos quais vivem camadas sociais rentistas" (Mundialização do Capital - ed. Xama - fls. 15). La Rouche e Chenais discordam sob a estimativa do valor da bolha especulativa, o primeiro orça

em 40 trilhões ao que o segundo calcula um valor ao redor de 10 a 12 trilhões. O primeiro trilhão já foi desinflado nas duas quedas em epígrafe, falta enchugar as demais bolhas que ficaram enquistadas dentro dos sistemas financeiros dos demais países deficitários e devedores deste sistema econômico kafkaniano em que a corda sempre rebenta do lado mais fraco, as pequenas e médias empresas nacionais, estranguladas sob juros e impostos estratosféricos e o trabalho que é cada vez mais "flexibilizado", fazendo uma genuflexão que não fica só sobre a garantia do contrato presente, mas que se projeta no alongamento dos cálculos atuariais das aposentadorias, tudo isto sob o fantasma presente da estagnação, recessão e desemprego crescentes

Os Estados Unidos tem financiado seus vários déficits a custo de uma expansão ilimitada das emissões em dólar o que faz com que seu déficit comercial seja financiado a baixo da exportação de divisas que se acumulam perante os estados que são parceiros econômicos causando uma hiper atividade econômica periférica que faz com que estes estados acumulem divisas. Estas divisas fazem parte de uma bolha monetária e são adquiridas em troca de moeda nacional destes estados que passam a sobrevalorizar suas moedas e que gradativamente vão sendo induzidos a um processo de deflação e estagnação em razão do encarecimento dos seus custos internos. A compra de dólares se faz na razão direta do individualismo destes estados para futuro e na queda da capacidade de investimento interno de seus governos, levando a um processo de sucateamento de sua infra-estrutura e ao aumento das taxas de desocupação de sua indústria e da queda do nível de emprego.

Num primeiro momento, com a taxa de câmbio baixo, com o início do processo de exportação há um processo de aceleração das mesmas sendo que lentamente com a sobrevalorização da moeda esta leva a um desaquecimento da economia.

O estouro ou qualquer desequilíbrio na economia central, os EUA, levam a um desequilíbrio na economia periférica dependente e uma alta repentina do dólar que passa logo depois de solucionado o problema do bloco central americano.

3. A TEORIA DAS PLACAS MONETÁRIAS

3.1. A visão do Robert Mundell

"Ataque Especulativo" é um eufemismo terminológico com que todos os oficialismos latino-americanos têm manipulado a opinião pública encobrendo suas péssimas estratégias de gestão macroeconômica.

O fracasso da tentativa de "currency board", paridade entre moedas latinas com o dólar, vigente tanto na Argentina como no Brasil, respectivamente, com ampla conversibilidade ou de forma mitigada, abortou a manutenção de um "continuum" de base geopolítica.

A quebra deste sistema destruiu, pelo menos temporariamente, a condição mínima para o estabelecimento de um processo de simetria monetária que por sua vez induziria, paulatinamente, num processo de reengenharia econômica coadjuvada por intervenções cirúrgicas jurídicas, a simetria da produção e do tráfico comercial do Cone Sul através do Mercosul.

Eduardo Galeano, em *Veñas abiertas de la América Latina*, dizia que vivíamos com "las espaldas volvidas contra nosotros mismos" em virtude de que, como sub-sistemas (conforme a teoria esquecida de um Presidente) servíamos unicamente como corredores de exportação. Pela primeira vez a racionalização de mercado, com a implantação do regionalismo, permitiu um comércio intra-bloco que encostou na casa dos 22 bilhões de dólares. Com relação ao Brasil, uma radiografia das exportações, permitia ver, no entanto, que este comércio em 60% envolvia no máximo uma dezena de oligopólios internacionais ou a estes associados, sendo que os restantes 40% eram divididos entre médios, pequenos e micros nacionais. Expurgados os defeitos do sistema, que não são poucos, este comprovou no entanto, que propicia a tão necessária capilaridade para integrar as economias antes desconectadas.

Robert Mundell, economista canadense e professor da Universidade de Columbia (<http://columbia.edu/~ram15/oatoc.html>) recentemente ganhou o prêmio Nobel de Economia manifestando, em seu largo acervo teórico, a necessidade da existência de "áreas monetárias favoráveis" como a do Mercosul, através da implantação do que se traduz no conceito de simetria que substituiria a assimetria macroeconômica, tanto monetária como da planta produtiva. A arquitetura do euro é inspirada em suas teorias.

Ora, com a quebra da simetria econômica induzida monetariamente, falhou também a tentativa de implantação de um mercado americano de norte a sul através da ALCA. Fracassando a política norte-americana representada pelo dólar, de expandir suas fronteiras, impossibilitou-se o seu confronto competitivo, através de vantagens de escala, dentro da "tripolaridade tectônica monetária", representada pelas outras duas "placas", o yen e euro, que desequilibraria o sistema em seu favor.

Esta é a visão de um cenário monetário internacional inteiramente volátil que sofre uma interação sistêmica alternante em que qualquer afetação em uma das três moedas influencia diretamente as cotações e os sistemas macroeconômicos dos dois sistemas restantes. Coadjuvando o sistema do dólar americano, está ainda, a moeda chinesa, cujas oscilações poderão debilitar ainda mais o sistema do dólar refletindo-se no aumento dos juros, na oscilação do Dow Jones, periclitando ainda mais a instabilidade da "bolha inflacionária americana" agravada pelo forte refluxo cumulativo de capitais fugidos dos terremotos dos Tigres, da Rússia e do Brasil e que amontoam-se sobrevalorizando os ativos financeiros americanos.

Partindo de uma pretensa simetria mal administrada em que ao globalismo faltou fôlego, voltamos a um sistema de assimetria agravada. O processo de internacionalização e racionalização dos fluxos sofre uma debácle séria sendo que os seus empreendimentos ficam virtualmente "encerrados" sobre a restauração da "bolha de soberania" dos países, transformando-se a zona de continuum alfandegário, numa zona de batalha de retaliações comerciais. A "guerra confederativa externa" introjeta-se mesmo dentro da soberania tendo seus efeitos emulativos na "guerra entre os próprios entes federativos" dos estados componentes do sistema regional.

O que resta, além da assimetria monetária resultante, causada pela máxi brasileira que desconectou o mercado, é um cenário profundamente debilitado e agravado por déficits, default's públicos e privados, onde convivem os refluxos de capitais de investimento para financiar as contas correntes (hot and smart money), reversão de expectativas com relação às exportações em virtude das quedas nos preços das commodities, etc.

O quadro pictórico atual é este: O Equador sofreu um default com relação a renegociação de suas bradies. O Peru, da mesma forma, sinalizava em vermelho. Bolívia, Paraguai e Venezuela vão daquele jeito. O Chile não tem conseguido controlar o seu câmbio sendo que o Brasil, em função dos sinais vermelhos que partem de sua vizinhança e em razão dos índices negativos de sua macroeconomia, sinaliza da mesma forma com desvalorização cambial. A Argentina, pelo que tudo indica, após as eleições será "a bola da vez" onde se acenderá o rastilho que contaminará o restante do sistema que está arfante. Recentemente um alto funcionário da Alfândega, Martinez Pardies, questionou as estatísticas argentinas no sentido de que estavam sendo maquiados os dados macroeconômicos (GM 15.10 pág.A-12). Sua dívida externa disparou e alcançou a cifra de 139,7 bilhões, com um rombo da balança comercial em torno de 5 bilhões (GM Latina 17.10 -pág.25). Nenhum país pode conviver por muito tempo num regime de estagnação econômica o que forçará uma maxi-desvalorização do currency argentino que irá, no mínimo, para dois por um. É sabido, que em períodos eleitorais os governos preferem queimar divisas, como se fez no caso brasileiro onde foram torradas divisas equivalentes a 70 bilhões de dólares para manter a "estabilidade" do real, até que o candidato oficial ganhasse o páreo. As populações condicionadas por um escudo de psico-condicionamento subliminar, engolfadas por um marketing massivo, acordam lentamente. Sabe-se, de antemão, que o México, para as eleições do ano que vem irá receber do FMI, um empréstimo ponte para poder passar pelo período eleitoral sem nenhum "ataque especulativo".

Os índices dos termômetros econômicos do mundo já estão sinalizando em vermelho: O petróleo subiu em menos de meio ano mais de 100%, os índices são piores do que 1973 quando da crise petrolífera; o ouro ultrapassou a barreira simbólica dos US\$300; Alain Greenspan, do FED, a mais de ano e meio tem advertido sobre a sobrevalorização dos papéis e continua em seu périplo; o processo de fusão dos oligopólios, para diluir perdas, continua trilhonário; o mercado secundário de Bradies está sem fôlego e para agravar tudo isto, a América Latina inteira é um barril de pólvora frente aos rombos públicos e privados que emulam a força de um grande "black-hole"; sem se falar no "bug do milênio" que na realidade serviria de "justificativa", como uma enzima catalizadora para dar o processo de "start" ao grande "crack" que se aproxima contaminando tudo como um rastilho sistêmico.

3.2. A Política do Beggar thi neighbor

Um clássico caracteriza-se, entre outras coisas, pela perenidade de seu instrumental lógico que permite a leitura de uma verdade atemporal. Este axioma tem validade enciclopédica pois aplica-se a qualquer ramo do conhecimento humano. Se isto pode ser aplicado a música, a matemática, a literatura, as ciências em geral, ao direito, da mesma forma aplica-se a economia.

John Maynard Keynes, em 1923, escreveu o Breve Tratado sobre a Reforma Monetária (*A Tract on Monetary Reform*), que sem sombra de dúvidas, apesar do tempo decorrido, ainda permite, através de seu singelo e inteligente instrumental de razão, com o atributo de genialidade contido na simplicidade de sua linguagem, a tradução do enigma monetário, tanto o da época passada como da atual.

Ali estão as categorias da desvalorização e da valorização cambial que em suas oscilações produzem alterações nos preços que "tanto na alta como na baixa têm uma desvantagem característica: A inflação causada pelos primeiros, significam injustiça para os indivíduos e as classes, em particular para os inversionistas; é, por tudo, desfavorável para a poupança. A deflação, que provoca a baixa dos preços, significa empobrecimento dos trabalhadores e dos empresários ao conduzir estes a restringir suas produções a fim de evitar perdas; é, portanto, desastrosa para o emprego...Em consequência, a inflação é injusta e a deflação inconveniente. O autor, antes de chegar a estas conclusões, adverte que "um dos propósitos deste livro é insistir em que a melhor maneira de curar esta mortal enfermidade do individualismo é conseguir que nunca exista uma expectativa fundada de que os preços vão baixar ou subir em geral; e também, que não exista nenhum risco sério de que, se porventura este movimento aconteça, não cause dano." Esta é a visão da estabilidade preceituada por Lord Keynes.

Estas categorias, aplicadas a análise da realidade prática do nosso mundo globalizado, em supondo-se em termos macroeconômicos a possibilidade equânime do cambio de divisas, através de uma teoria de paridade de poder aquisitivo, em tese, fornecem o instrumental para a paz econômica dos povos. No entanto, no atual cenário mundial, sacudido pela implosão dos ativos podres no sudoeste asiático, que volatilizando-se ameaçam com um contágio sistêmico, a quebra do sistema mundial, provando que por trás do biombo os tigres eram de papel e que o Japão, de potência incontestada, hoje aderna cada vez mais, com seu sistema bancário penalizado por ativos que classificados vão da categoria I até a IV, onde os créditos são considerados em bancarota.

Assim é, que o Japão, sem a possibilidade de implementar um plano de "bancos pontes", sucumbe gradativamente perante os empréstimos "deteriorados" das categorias II, frente aos empréstimos "atrasados" da categoria III e dos empréstimos em "bancarota" da categoria IV, fazendo com que sua moeda o Yen, precipite-se numa desvalorização gradativa que hoje beira os 146,50 por dólar, sendo que, se alcançar os 150 por dólar, fará, por sua vez, que despenque o yuan chinês, que já vem sendo monitorado pelo governo chinês, que não tem poupado divisas para manutenção de uma cotação de 8,28 por dólar.

Ora, esta política de desvalorização da moeda, foi tratada por Keynes na obra supra citada, justificando-se ali, conforme explanação lógica, na sua fundamentação para diluir o problema da dívida pública, sendo que conforme exemplos fornecidos, comprova-se que alguns países europeus, no pós guerra, tenham diminuído o peso de suas dívidas em 50% a 100%. Outro fenômeno aliado a este processo é a chamada política do "beggar-thy-neighbor" (empobrecer o vizinho), pois a queda no valor das divisas faz com que haja um incremento da exportação em razão das vantagens comparativas monetárias, beneficiando o país através do incremento da atividade econômica.

Se no entanto, os parâmetros conceituais explanados no clássico, aliados a política pragmática dos países concorrentes, que desvalorizam suas moedas, propiciando-lhes um alto poder de concorrência, vislumbra uma tomada de posição por aqueles que sofrem esta concorrência, por outro lado, vemos uma apatia, ou mesmo uma paralização na política cambial do dólar e das moedas com paridade cambial aproximada, como é o caso do real.

Poderíamos ser levados a pensar que os efeitos, tanto para um país como para outro, seja EUA e Brasil, seriam, em termos comparativos, os mesmos. No entanto é bom analisar, antes de uma conclusão apressada, o perfil econômico cotejado entre as duas economias, para concluir que as características de produção com um alto poder agregado e altamente sofisticado do mercado produtivo americano, forcem, por uma ausência de concorrência com relação a este tipo de produção, que malgrado pequenas distorções que só agora começaram a afetar levemente a política econômica americana, este país ainda mantenha um perfil de vantagem sobre a concorrência, sendo que os produtos importados, com baixo poder agregado e necessários para suprimento do mercado norte-americano, são comprados por preço vil, em razão do alto poder aquisitivo da moeda, sendo que as exportações americanas, são adquiridas a

preço de ouro, em razão da supervalorização do dólar no mercado mundial. Se isto acontece para os americanos, no entanto, para os brasileiros, idêntico fenômeno aplicado a uma realidade cujo perfil econômico é outro, passa a ter uma leitura completamente diferente, ocasionando prejuízos terríveis com relação, ao agravamento da dívida pública, a concorrência de produtos que são similares aos dos mercados concorrentes, pois temos o mesmo perfil subdesenvolvido dos concorrentes asiáticos, que levam vantagens nos preços de mercadorias semelhantes, em que vêm embutido, além do dumping monetário, o custo baixo do dumping social, concorrendo similarmente com produtos de uma idêntica planta produtiva.

Assim é que o Real, com sua taxa de câmbio sobrevalorizada, faz com que inexista também a inflação, apesar da expansão da base monetária, pois o preço alto da divisa propicia um alto poder aquisitivo nas importações fazendo com que sejamos bombardeados por mercadorias concorrentes, que comprimem o preço das mercadorias produzidas pelo capitalismo nacional completamente dizimado por esta concorrência desleal, redundando tudo isto em desemprego. Em suma, perda dupla: Para os empresários, aossados pela capacidade ociosa de seu parque produtivo e a acumulação de estoques e, os trabalhadores, pela perda das vagas e a necessária distorção que se faz através da "flexibilização" de seus direitos.

A contínua queda do yen, em perdurando e ultrapassando a marca da cotação de 150 por dólar, fatalmente levará a queda do yuan e, conseqüentemente, levará a um agravamento dos déficits americanos, fazendo com que ocorra uma desvalorização do dólar e conseqüentemente do real. Resta saber qual o prazo de maturação ou contaminação dos créditos podres dos bancos japoneses e seu reflexo sobre as moedas e os derivativos que não param de cair fazendo assim, com que exista a expectativa, tão combatida por Keynes, de um movimento abrupto para baixo, sem possível controle pelos agentes econômicos.

3.3 Dolarização na América Latina –

3.4 . Plano Real I - FHC – Plano Menem

Cheque mate ao Rei !! Já estávamos num regime amenizado de "currency board" virtual pois a permissão do uso de cartão de crédito propiciava, via moeda eletrônica a conversibilidade total. Por outro lado a lei 9.069/95, que estabeleceu o Plano Real da mesma forma esboçava as premissas e as características maiores do sistema de "currency board" pois dispunha textualmente em seu art.3º que: "O Banco Central do Brasil emitirá REAL mediante prévia vinculação de reservas internacionais em valor equivalente...as reservas ...para composição do lastro para emissão do Real, são ativos de liquidez internacional denominados ou conversíveis em dólares dos Estados Unidos da América...a paridade a ser obedecida, para fins de equivalência...será um dólar dos EUA para cada Real emitido...(ipsis litteris).

Não é acaso o coro que ecoa de Davos à Buenos Aires recomendando a adoção desta alternativa (Cavallo, Dornbusch, Fischer, Paul Volcker e Menem) pois na realidade para passar do estágio I, para o estágio II, basta tão somente retirar o poder de circulação forçada da moeda nacional dando plena conversibilidade ao dólar, retirando concomitantemente, a monitoração do Banco Central sobre o meio circulante, que conforme a lei supra citada, já deve estar em relação diretamente proporcional com as divisas em seu poder que atuarão como lastro. O regime não mais seria um privilégio da classe dos possuidores de cartão de crédito mas estender-se-ia para o "universo inteiro da patuléia de comedores de frango" a fim de garantir a continuidade do espetáculo "*frangus et circens*".

Outro detalhe é que o governo, apesar de ainda ser uma delegação local, transferir-se-ia definitivamente para o exterior, juntamente com a competência de eleição do valor do câmbio, pois é sabido que a escolha da política cambial, seja, o nível maior ou menor da cotação do câmbio, pode ter o condão de dedetizar, ou a contrário sensu, otimizar, suprimindo ou alavancando, na relação direta com os índices de exportação/importação setores inteiros da economia.

A continuidade do Plano Real "*Currency Board I*", mitigado, seria a sua transformação no cenário II pois através do "*Currency Board Real II*" assegurar-se-ia a manutenção da identidade de concepção daquele, sem solução de continuidade, através de seu *upgrade*, conectando-o ainda ao cenário argentino.

O ensaio improvisado e alternativo do "Cambio Livre", do ex-Chico Lopes, rompe a lógica da sequência de cenas pois se a liquidação do empresariado tupiniquim já estava sendo feita com a arma do câmbio sobrevalorizado, agora conforme opções do sistema e recomendações do FMI, pode perseverar com a arma do aumento dos juros. No entanto, em face da disparidade cambial, que pretende-se seja ótima no nível de 1,60 (quando escrevi o dólar estava cotado a 1,91) o objetivo principal que é a instalação do capital internacional globalizado, em razão da desconexão das atmosferas nacional e internacional (diferenças de cotações cambiais e juros), fica insustentável para a racionalização da chamada "competitividade" pois a setorialização da produção globalizada disseminada pelo espaço internacional, uma de suas vantagens, com o seccionamento de sua extensão, volta-se contra si própria em razão da não nacionalização dos componentes dos bens de alto valor agregado, tornando inviável sua comercialização em razão do encarecimento de sua importação.

O sistema do "currency board" (moeda tábua de salvação) com plena conversibilidade, já foi implantado em 1991 na Argentina, em 1992 na Estonia, em 1994 na Lituania e em 1997 na Bulgária, estando em vigência igualmente em Hong Kong.

Sua implantação marca indelévelmente, no espaço geopolítico, a transformação da dependência dos países emergentes em satélites americanos. Para o FED (Banco Central Americano) sua implantação na América Latina seria a antecipação da ALCA e também a garantia que evita o retorno da emissão inflacionária de trilhões de dólares exportados ao longo de dezenas de anos, que retidos em razão da implantação da sua conversibilidade extraterritorial evitariam o desastre do efeito boomerang. Ao mesmo tempo eliminaria a concorrência do Euro e do Yen.

Como processo de ruptura com o aprofundamento e a continuidade deste cenário oferecem-se, numa graduação ascendente de nacionalismo, soberania econômica e política, os cenários da centralização cambial e da moratória. Por trás de ambos modelos alternativos pontificam as possibilidades de manutenção da governabilidade local através, ai sim, "de muito suor, sangue e lágrimas", em que preservar-se-iam, além da manutenção do governo local com sede no Brasil, que não seria transferido para o exterior como vem gradativamente sendo feito, o pacto federativo e a união nacional, através da implementação das propostas dos governadores, Itamar, Olívio, Garotinho e Lessa; pela obtenção de superávits cambiais nas exportações; pelo extinção da conta vermelha nas transações correntes; pela sobrevivência dos empresários e trabalhadores nacionais; pela extinção dos juros escorchantes; pelo salvamento da atividade primária; pela preservação dos direitos trabalhistas dos celetistas e estatutários; pela respeito aos contribuintes e aos cidadãos e pela restauração da Constituição e do Poder do Povo Soberano.

Uma coisa é certa: O regime de indefinição de "Cambio Livre conforme as leis do mercado" não é a alternativa eclética, que soluciona o maniqueísmo das opções, depurando-as e superando-as pela retirada de seus males e a coleção unicamente de suas vantagens. É na realidade a contemporização que possibilitará a perda dos parcos recursos em divisas que garantiriam uma autonomia de decisão e um resto de governabilidade para a retirada em ordem.

A fim de suplantam esta possibilidade e atravessar o Rubicão implantando o internacionalismo da "Paz Perpétua de Emmanuel Kant" o stablishment já

isolou o aparelho imunológico do sistema, prevenindo qualquer recidiva de infecção tenentista, através da extinção da isonomia entre funcionários civis e militares. Testou resistências quando trocou a virtualidade da bomba atômica pela virtualidade de uma cadeira inexistente no Conselho de Segurança da Onu. Restando inerte o tradicional e propalado "Poder Moderador Histórico do Grande Dragão Verde-Oliva", fez mais, decepcionou-lhe suas três cabeças, colocando-lhe em troca, uma civil.

Foi mais longe: A fim de liquidar com a resistência interna delatou perante os bancos internacionais os governos estaduais de Minas, Rio Grande e Alagoas, caracterizando-os como inadimplentes. Fez mais: asfixiou suas governabilidades através da retenção dos repasses federais.

Resta só numa reconversão espetacular de marketing "a la" Goebbels transformar Calabares em Tiradentes construindo, aliados a Usura, o cadafalso para o esquartejamento da Pátria. As conotações do *affair* na indicação do novo titular do Banco Central confirmam a tese. Neste dia ainda teremos o hino e a bandeira para os dias de futebol pois a moeda será um papel "só para inglês ver".

3.5 . A Catástrofe

Este é o título literal do artigo assinado por Marcelo Bonelli e publicado na página opinião do Jornal Clarin de Buenos Aires (ed. de 25.04.1997). A objetiva ironia contida na ambiguidade do título possui uma dupla conotação pois, denunciando a possibilidade de uma maxidesvalorização do real concomitante a um maxiajuste cambiário, na esteira da MP 1.569 e circulares do Banco Central 2747 e 2749, descobre a fragilidade e a dependência da Argentina com relação ao comércio com o Mercosul e, notadamente, com o Brasil. A interdependência-iterativa em termos de conciliação de políticas macroeconômicas, se ainda não é uma realidade no campo dos mecanismos institucionais que monitorem em conjunto o processo, já se manifesta na realidade dos números pois o Brasil recebe 27,6% das exportações argentinas, 49,3% das paraguaias e 34,7% das uruguaias. Assim, do total de US\$53,2 bilhões que o Brasil importou em 1996, somente a Argentina vendeu US\$6,5 bilhões. O rombo na sua balança comercial evidenciou-se com o recrudescimento constatado no movimento de importações, que na penúltima semana de março deste ano atingiram a média diária de US\$270 milhões, 32% maior do que o registrado em março de 1996. Sendo que em março de 1997, mantida a média, chegariam na casa dos US\$4,8 bilhões. Seguindo esta tendência, o déficit de março alcançaria US\$1,1 bilhão, superando a média de janeiro e fevereiro. No primeiro bimestre, o saldo negativo foi de US\$2,031 bilhões, sendo que em todo o ano de 1996, US\$5,541 bilhões (ZH- 26.03.97 - pág 32).

As importações e exportações representam, em suma, atos fundamentais da vida econômica pois são elementos de destaque na circulação das riquezas. Por sua vez o valor e preço são expressões que facultam a dinâmica do processo econômico sendo que a moeda "é o instrumento que serve para concretizar o valor dos produtos e dos serviços e que tem de representar um preço"(F.Baudhuin - Princípios de Economia Contemporânea - p.21) A qualidade essencial da moeda seria a sua estabilidade mas, via de regra, esta exigência só é satisfeita por pouco tempo. Apesar disto, embora a moeda seja um instrumento de medida imperfeito, é necessária sua utilização. Paul Volcker e Toyoo Gyohten em A Nova Ordem Econômica, problematizam a realidade monetária. Gyohten diz que "enormes fluxos de capital influenciam as taxas de câmbio, especialmente no mercado desregulamentado e globalizado de hoje". Ele pergunta: é possível controlá-los? E incisivamente constata: "Apesar da taxa de câmbio ser, certamente, um indicador econômico muito mais importante do que, por exemplo, o preço de grãos de café ou de lã no mercado mundial de hoje, a moeda é, entretanto, comercializada como se fosse uma commodity."(opus citae fls. 322) Assim é que através dos anos existiram várias políticas monetárias mundiais. De 1929 a 1932, durante a grande depressão, o comércio mundial caiu 60% havendo um desintegração do sistema monetário internacional. Vigia a política de taxas flutuantes de câmbio cuja característica era a "beggar-thy-neighbor"(empobrecer o vizinho), pois a idéia geral era depreciar ao máximo a própria moeda, para tornar as exportações mais baratas no mercado mundial e aumentar o preço das importações. Após Bretton Woods, em 1944, passou a vigir um sistema de câmbio de taxa fixa, conforme a alternativa de Harry Dexter White que partilhava algumas itens da proposta de Keynes, através da institucionalização relativa do "gold standart"(padrão ouro). Os Estados Unidos, possuidores das maiores reservas de ouro, da mesma forma eram o único país em condições de efetivar a conversão monetária.. Assim é que, nesta razão, o dólar(taxa de 35 dólares a onça de ouro) passou a ser utilizado como reserva cambiária, pela comunidade das nações sendo criados, junto com o FMI, os chamados "direitos de saque" que derivavam de uma fórmula que refletia a dimensão econômica e importância comercial dos países membros.Critérios "condicionais" foram estabelecidos para aqueles países que visavam somas substanciais sendo assim elaborados procedimentos de fiscalização que monitorassem o seu desempenho econômico. O sistema atual é um sistema de flutuação no qual temos múltiplas moedas de reserva, o dólar, o iene e o marco, (sendo que este último deverá ser substituído pela moeda européia o ECU ou EURO, quando entrar em circulação-Barros - Moeda Única na União Européia - fls. 254). Sobre isto Gyohten diz que "nossas experiências deixam absolutamente claro que o sistema atual - ou não sistema, para ser mais exato - não resultou da escolha de ninguém. Foi algo inevitável, quando o sistema de Bretton Woods tornou-se insustentável. O que está errado no atual sistema é a sua falta de estabilidade e de previsão em relação as taxas de câmbio, que parece afetar o crescimento estável do comércio e de investimentos." (opus citae - fls. 320)

Depreende-se disto tudo, sem ser tautológico mas no entanto profundamente irônico, que mais Real do que o Real só o Real pois em matéria de moeda não existe direito adquirido que consubstancie valor nominal e substancial, nem como direito dos homens, nem como direito das nações, pois esta é a lei do mercado. Reativa-se a cláusula de imprevisibilidade contida no brocardo latino "pacta sunt servanda, rebus sic stantibus"(os pactos devem ser cumpridos se as circunstâncias forem mantidas).

O fracasso da tentativa de "currency board", paridade entre moedas latinas com o dólar, vigente tanto na Argentina como no Brasil, respectivamente, com ampla conversibilidade ou de forma mitigada, abortou a manutenção de um "continuum" de base geopolítica.

A quebra deste sistema destruiu, pelo menos temporariamente, a condição mínima para o estabelecimento de um processo de simetria monetária que por sua vez induziria, paulatinamente, num processo de reengenharia econômica coadjuvada por intervenções cirúrgicas jurídicas, a simetria da produção e do tráfico comercial do Cone Sul através do Mercosul.

Eduardo Galeano, em Veñas abiertas de la América Latina, dizia que vivíamos com "las espaldas volvidas contra nosotros mismos" em virtude de que, como sub-sistemas (conforme a teoria esquecida de um Presidente) servíamos unicamente como corredores de exportação. Pela primeira vez a racionalização de mercado, com a implantação do regionalismo, permitiu um comércio intra-bloco que encostou na casa dos 22 bilhões de dólares. Com relação ao Brasil, uma radiografia das exportações, permitia ver, no entanto, que este comércio em 60% envolvia no máximo uma dezena de oligopólios internacionais ou a estes associados, sendo que os restantes 40% eram divididos entre médios, pequenos e micros nacionais. Expurgados os defeitos do sistema, que não são poucos, este comprovou no entanto, que propicia a tão necessária capilaridade para integrar as economias antes desconectadas.

Robert Mundell, economista canadense e professor da Universidade de Columbia (<http://columbia.edu/~ram15/oatoc.html>) recentemente ganhou o prêmio Nobel de Economia manifestando, em seu largo acervo teórico, a necessidade da existência de "áreas monetárias favoráveis" como a do Mercosul, através da implantação do que se traduz no conceito de simetria que substituiria a assimetria macroeconômica, tanto monetária como da planta produtiva. A arquitetura do euro é inspirada em suas teorias.

Ora, com a quebra da simetria econômica induzida monetariamente, falhou também a tentativa de implantação de um mercado americano de norte a sul

através da ALCA. Fracassando a política norte-americana representada pelo dólar, de expandir suas fronteiras, impossibilitou-se o seu confronto competitivo, através de vantagens de escala, dentro da "tripolaridade tectônica monetária", representada pelas outras duas "placas", o yen e euro, que desequilibraria o sistema em seu favor.

Esta é a visão de um cenário monetário internacional inteiramente volátil que sofre uma interação sistêmica alternante em que qualquer afetação em uma das três moedas influencia diretamente as cotações e os sistemas macroeconômicos dos dois sistemas restantes. Coadjuvando o sistema do dólar americano, está ainda, a moeda chinesa, cujas oscilações poderão debilitar ainda mais o sistema do dólar refletindo-se no aumento dos juros, na oscilação do Dow Jones, periclitando ainda mais a instabilidade da "bolha inflacionária americana" agravada pelo forte refluxo cumulativo de capitais fugidos dos terremotos dos Tigres, da Rússia e do Brasil e que amontoam-se sobrevalorizando os ativos financeiros americanos.

Partindo de uma pretensa simetria mal administrada em que ao globalismo faltou fôlego, voltamos a um sistema de assimetria agravada. O processo de internacionalização e racionalização dos fluxos sofre uma debácle séria sendo que os seus empreendimentos ficam virtualmente "encerrados" sobre a restauração da "bolha de soberania" dos países, transformando-se a zona de continuum alfandegário, numa zona de batalha de retaliações comerciais. A "guerra confederativa externa" introjeta-se mesmo dentro da soberania tendo seus efeitos emulativos na "guerra entre os próprios entes federativos" dos estados componentes do sistema regional.

O que resta, além da assimetria monetária resultante, causada pela máxi brasileira que desconectou o mercado, é um cenário profundamente debilitado e agravado por déficits, default's públicos e privados, onde convivem os refluxos de capitais de investimento para financiar as contas correntes (hot and smart money), reversão de expectativas com relação às exportações em virtude das quedas nos preços das commodities, etc.

O quadro pictórico atual é este: O Equador sofreu um default com relação a renegociação de suas bradies. O Peru, da mesma forma, sinalizava em vermelho. Bolívia, Paraguai e Venezuela vão daquele jeito. O Chile não tem conseguido controlar o seu câmbio sendo que o Brasil, em função dos sinais vermelhos que partem de sua vizinhança e em razão dos índices negativos de sua macroeconomia, sinaliza da mesma forma com desvalorização cambial. A Argentina, pelo que tudo indica, após as eleições será "a bola da vez" onde se acenderá o rastilho que contaminará o restante do sistema que está arfante. Recentemente um alto funcionário da Alfândega, Martinez Pardies, questionou as estatísticas argentinas no sentido de que estavam sendo maquiados os dados macroeconômicos (GM 15.10 pág.A-12). Sua dívida externa disparou e alcançou a cifra de 139,7 bilhões, com um rombo da balança comercial em torno de 5 bilhões (GM Latina 17.10 –pág.25). Nenhum país pode conviver por muito tempo num regime de estagnação econômica o que forçará uma maxi-desvalorização do currency argentino que irá, no mínimo, para dois por um. É sabido, que em períodos eleitorais os governos preferem queimar divisas, como se fez no caso brasileiro onde foram torradas divisas equivalentes a 70 bilhões de dólares para manter a "estabilidade" do real, até que o candidato oficial ganhasse o páreo. As populações condicionadas por um escudo de psico-condicionamento subliminar, engolfadas por um marketing massivo, acordam lentamente. Sabe-se, de antemão, que o México, para as eleições do ano que vem irá receber do FMI, um empréstimo ponte para poder passar pelo período eleitoral sem nenhum "ataque especulativo".

Os índices dos termômetros econômicos do mundo já estão sinalizando em vermelho: O petróleo subiu em menos de meio ano mais de 100%, os índices são piores do que 1973 quando da crise petrolífera; o ouro ultrapassou a barreira simbólica dos US\$300; Alain Greenspan, do FED, a mais de ano e meio tem advertido sobre a sobrevalorização dos papéis e continua em seu périplo; o processo de fusão dos oligopólios, para diluir perdas, continua trilhonário; o mercado secundário de Bradies está sem fôlego e para agravar tudo isto, a América Latina inteira é um barril de pólvora frente aos rombos públicos e privados que emulam a força de um grande "black-hole"; sem se falar no "bug do milênio" que na realidade serviria de "justificativa", como uma enzima catalizadora para dar o processo de "start" ao grande "crack" que se aproxima contaminando tudo como um rastilho sistêmico.

3.6. Buscando a Recuperação.

A conta da recessão não fica só nos juros do Ministro José Dirceu. Juntamente com os juros que foram aumentados em 19.02.2003 para o patamar de 26,5% ao ano, o Copom (Comitê de Política Monetária), aumentou, naquela mesma ocasião, o depósito compulsório dos bancos, de 45% para 60% sobre os depósitos à vista. Isso significa que de cada R\$100,00 correspondentes dos depósitos à vista feitos num banco, o equivalente a R\$60,00 são recolhidos ao Banco Central. Da mesma forma os bancos são obrigados a providenciarem o recolhimento compulsório incidente sobre os depósitos a prazo, através de Certificados de Depósito Bancário, e sobre a poupança, com alíquotas correspondentes, respectivamente, de 23% e de 30%.

Estes patamares estratosféricos foram mantidos pelo Copom, na última reunião do dia 21 do corrente, "sem viés". A expressão significa que o Presidente do Banco Central não utilizará no espaço que dista até a próxima reunião, a sua prerrogativa de alterar a meta fixada.

O governo atual, neste sentido, vem seguindo fielmente a política econômica determinada, neste aspecto, pelo Decreto nº 3088 de 21.06.99, do ex-presidente Fernando Henrique, que criava a adoção de "metas de inflação" como diretriz da política monetária. Assim, com base nesta normativa, as decisões do Copom passaram a ter como objetivo cumprir as metas para a inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

No entanto, em outros itens a política monetarista é dispar. Vejamos: O governo Fernando Henrique do ano de 1998 até o ano de 2002 expandiu a base monetária ou chamado meio circulante, independentemente das contrações ocorridas no período, em mais de 100%. Os dados constantes na home-page do Banco Central indicam que em 10.10.98, o meio circulante orçava uma massa de 20,9 bilhões de reais, sendo que em 25.12.2002, este valor estava expandido para um universo de 49,9 bilhões de reais (<http://www.bcb.gov.br/>). Concomitantemente a este processo de expansão da base monetária em circulação tínhamos uma constante desvalorização do real frente ao dólar. Paradoxalmente, o governo aumentava os juros, para combater a inflação, descuidando da convergência de outros dois índices, base monetária e desvalorização do valor cambial, que aumentam o processo inflacionário.

Na política econômica atual, e é por este motivo que o dólar cada vez cai mais em termos de real, os índices foram arrojados ou, na expressão do Ministro José Dirceu, o governo Lula fez um verdadeiro "cavalo de pau". Adicionou à política de juros estabelecida pelo Copom, um verdadeiro choque anafilático pois reverteu a expansão do meio circulante para uma contração violenta no pequeno espaço de cinco meses de governo. O volume da base monetária que em 01.01.2003, estava na ordem de 49,9 bilhões, até o dia 23.05.2003 e, com ajustamentos graduais, passou para um patamar de 38,5 bilhões. Um enxugamento na ordem de mais ou menos 25%. Podemos chamar de "Camisa de Força", "Cavalo de Pau", qualquer coisa assim, a conjugação de mecanismos de efeitos altamente adstringentes em política econômica, que, pelos dados do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas derrubam em mais de 15%, pela incidência dos juros, a renda dos trabalhadores. Na mesma ordem do encarecimento do dinheiro e do custo financeiro gerado surgem os efeitos sobre a desativação do consumo e seus reflexos com o desaquecimento da economia e o ócio na capacidade operativa das empresas. Os efeitos inflacionários gerados pelo governo Fernando Henrique, com relação à expansão da base monetária e a valorização do dólar, já estão sendo revertidos. Assim, é chegada a hora, sob pena de asfixia da economia nacional, propiciar uma lenta e gradual distensão com relação ao item juros.

4. A FRAQUEZA DO DÓLAR É SUA FORÇA

4.1. A evolução das Placas Monetárias – Dólar – Euro e Asean

Um parâmetro de unanimidade entre os economistas é aquele que estabelece como escopo de uma política cambial a obtenção de dois resultados: Estabilidade e Liberdade. Perseguindo estes dois objetivos e aliando ainda a necessidade de competitividade com o dólar foi que a União Européia passou a desafiar, com a implantação do Euro, a hegemonia mundial da griffe americana.

Sabemos todos que o PIB da União Européia, conforme relatório do Banco Mundial de 1993, orçou 6,089 trilhões, sendo que o Nafta ficava em 6,404 trilhões de dólares, o Japão e os ex-Tigres com 3,752 trilhões e o Mercosul com mais ou menos 1,2 trilhão. Desta forma a vantagem política e econômica referendada pela hegemonia americana, a partir de um processo de ampla sinergia consolidada pelo bloco econômico agora monolítico da União Européia, passa a sofrer uma acirrada concorrência.

Os europeus sanaram todo o seu sistema econômico através da implantação de um sistema dinâmico e complexo monitorado pelo Banco Central Europeu, o Sistema Europeu de Bancos Centrais, o Comitê Monetário, o Comitê Econômico Financeiro e o Instituto Monetário Europeu, como autoridades monetárias.

O Comitê Monetário dissolveu-se a partir de 1.01.1999 sendo substituído pelo Comitê Econômico e Financeiro, a partir desta data, que vai preencher suas funções monitorando as relações financeiras intra e extra bloco europeu (com terceiros países e instituições financeiras internacionais) sendo dirigido por 34 membros (diretores gerais do tesouro e subdiretores dos bancos centrais de cada estado membro) e mais dois representantes do Banco Central Europeu.

O Instituto Monetário Europeu (IME) é um organismo com personalidade jurídica própria e tem como finalidade principal desenvolver preparativos técnicos que permitam ao Banco Central Europeu desenvolver suas funções a partir da terceira fase da União Monetária Européia. Sua administração compõem-se de um presidente e dos diretores dos bancos centrais nacionais sendo que sua sede situa-se em Frankfurt am Main na Alemanha.

O Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) está integrado com os bancos centrais nacionais dos países que compõem a união monetária e ainda pelo Banco Central Europeu. Não tem personalidade jurídica sendo que entrou em exercício a partir de 01.01.1999. Além de sua independência total dos governos das instituições comunitárias o SEBC tem como objetivo atingir a estabilidade dos preços dentro da Comunidade Européia; como funções, definir e executar a política monetária da UEM, realizar as operações de divisas, possuir e administrar as reservas oficiais dos estados membros assim como administrar o sistema de liquidações; deve atuar, como consequência de regra básica consolidada, com a finalidade de atingir uma economia de livre mercado.

Por sua vez, o Banco Central Europeu (BCE) é a instituição central da política monetária da União Européia sendo o núcleo do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Tem por finalidade principal a manutenção da estabilidade dos preços na união podendo para isto autorizar emissão de bilhetes com curso legal forçado; os estados membros só poderão emitir moeda através de seus Bancos Centrais, somente com autorização do BCE e ainda, tem o privilégio de dirigir toda a política monetária através da emissão de diretrizes consolidadas através de um poder normativo (regulamentos, decisões, recomendações e decretos), possuindo, para atingir seus objetivos, legitimidade ativa perante o Tribunal de Justiça Comunitário. Assim sendo, as atuações de todos os Bancos Centrais Nacionais devem estar ajustadas as orientações do BCE.

Vários efeitos são indicados como resultantes do estabelecimento da moeda única européia, entre eles: A criação de um mercado monetário único que elimina a possibilidade sobre a negociação sobre taxas de juros a curto prazo a fim de obter vantagens nos mercados nacionais; o mercado de divisas através dos *swaps* gradualmente vai desaparecendo pois não há mais risco a ser coberto em moedas que passam a ser convergentes, sendo que haverá o seu desaparecimento; as moedas nacionais são simplesmente subdivisões do euro, assim, haverá uma diminuição de custos financeiros para os particulares e para as empresas em razão da racionalização alcançada; os efeitos mais importantes são aqueles que irão atribuir ao Euro um processo de sinergia que resultará num aumento das transações cambiais em euro assim, isto resultará, ainda, num aumento de competência do euro em razão da racionalização de custos daí advinda pela redução das comissões e dos *spreads* o que, de grau em grau, aumentará o poder de concentração dentro do mercado internacional de divisas podendo ocorrer, inclusive, um deslocamento dos polos que tradicionalmente situavam-se na city de Londres e em Nova York, respectivamente com, 30% e 20% das transações do câmbio mundial, para o novo eixo situado em Frankfurt na Alemanha. Por sua vez o desaparecimento do risco de câmbio levará a uma melhor avaliação do risco de crédito de valores de renda variável o que trará, por efeito da transparência, um aumento de possibilidades para as praças européias. Haverá também efeito com relação ao mercado acionário pela a afetação direta com o valor nominal das ações em referência aos efeitos causados pela moeda.

Outro efeito importante é o saneamento referente a dívida pública devidamente consolidada pelos países que deram a arrancada em 01.01.1999, sendo que há entendimento de que existiria um risco de segmentação da dívida pública em dois blocos, seja, os dos países que iniciaram o processo e os dos países, como o Reino Unido, Suécia e Grécia, que não fizeram a conversão das dívidas desde o início.

Quais seriam as influências do Euro sobre o Brasil? A curto prazo poderia-se dizer que a União Européia, atualmente, é a que tem a maior fatia de importações do Brasil. Ela manteve, tanto em 1997 como em 1998, uma participação de mais ou menos 28% das exportações brasileiras, sendo que o Nafta ficou com uma fatia de 22%, a América do Sul 21% e a Ásia 20%. O Brasil não coloca, em matéria de exportação, todos os ovos no mesmo ninho. O euro, na sua largada, teve uma cotação maior do que o dólar e, nesta razão, maior do que o real que com esse está alinhado. Assim, nesta ordem, em função de uma vantagem cambial inicial, poderia haver um benefício para o Brasil no que tange ao incremento das exportações para a Europa. Uma das coisas que dificulta nossas exportações, a principal, é a nossa alta taxa de câmbio o que, agora, com uma moeda européia única e valorizada, cuja cotação é maior do que o real, facilitará nossas vendas para aquele mercado melhorando nosso balanço de pagamentos deficitário. O Rio Grande do Sul, o Paraná, e as regiões de cerrado, notadamente, receberiam no Brasil um melhor estímulo pois sendo grandes produtores de soja beneficiar-se-iam diretamente em razão de que o carro chefe das importações européias é o soja, em primeiro lugar, o grão, com um aporte de 1,261 bilhões no período janeiro/agosto-1998/97; sendo que logo após o segundo item, minério de ferro, aparece em terceiro lugar um derivado do soja, o farelo, com 830 milhões de dólares na tabela de participação nas exportações. Isto tudo dependeria ainda de uma remodelação no regime de cotas para os países exportadores que beneficiasse mais o Brasil.

Para o mundo, outro efeito, senão o maior, será o embate do sistema do euro com o sistema do dólar. O cotejo entre as duas moedas aguçará paulatinamente o esgotamento do dólar a nível mundial fazendo sombra à hegemonia americana. Isto levará fatalmente o sistema europeu, em razão das vantagens auferidas pelo estabelecimento da união e ainda frente ao saneamento operado em seu interior, a uma estabilidade em contraste com a acentuação da instabilidade do sistema americano do regime do dólar e dos países que monetariamente com ele estão alinhados, onde a crise bursátil campeia solta em

função da instabilidade criada pela bolha inflacionária causada pela exportação, em forma de moeda, dos déficits dos EUA.

Teremos assim a explicitação de uma guerra monetária e financeira intra-blocos que hoje é surda mas que logo logo, frente a perda de vantagens para os americanos, fará com que sentem com os europeus, japoneses e o resto do mundo, para buscarem o estabelecimento de novos parâmetros que, através de um novo pacto de Bretton Woods, preservando-se a diversidade dos povos e culturas, a manutenção do estado-nação e o estado de direito democrático, possibilite uma globalização onde não exista a espoliação predatória dos países emergentes como é o caso do Brasil.

4.2. O efeito “PARKING” do Dólar

O anúncio feito pelo Banco Central de que comprará US\$2,998 bilhões até junho de 2005 demonstra mais uma vez a miopia da política econômica brasileira. Além de gerar uma flutuação “suja” do câmbio mostra a ausência de consciência que é coerente com a tomada de decisões referente à política de meta inflacionária como um todo. Esta política se faz sob a ótica de uma única concepção que é a da auto-suficiência dos controles macroeconômicos endógenos, sejam, aqueles estanques no sistema do estado nacional. Desconectada e não integrada, a uma visão macroeconômica exógena que supõe necessariamente a existência de condicionantes externos, alguns determinantes, poderá, a prazo médio, levar o país a um novo colapso.

Todo o profissional ou mesmo o curioso em economia tem consciência da afetação direta de uma série de dados externos sob o sistema econômico nacional. Não foi por acaso que a partir de meados da década de noventa o sistema internacional passou a implantar gradativamente um modelo de “currency board” (dolarização) em toda a América Latina. Esta política, implementando o pensamento de Robert Mundel – prêmio Nobel de economia – pensava concatenar através da simetria monetária as assimetrias econômicas e, alavancar assim, as vantagens comparativas da região integrando-as numa escala econômica continental que favoreceria a sinergia integrada de um macro-mercado, que conforme o pensamento liberal, levaria a uma integração da população de um salto quantitativo a um salto qualitativo por excelência. Este macro instrumento de colimação econômica ruiu por inteiro trazendo o colapso das nações que foram, uma a uma, tragadas como “bola da vez”. A Argentina que persistiu heroicamente no equívoco não conseguiu até hoje sair da moratória perante o FMI. O Brasil, em face das advertências sobre a sobre-valorização cambial, mudou da política de câmbio fixo para a atual flexibilização cambial. De um modelo importador, no primeiro momento do Plano Real I, passamos para um modelo exportador, no Plano Real II. O real, desvalorizado perante o dólar permitia, neste segundo tempo, a política cognominada pelo economista belga Robert Triffin de “*beggar thy neighbor*” – em bom português: política de empobrecimento do vizinho que também, nas entrelinhas, pode ser traduzida como “dumping” monetário.

O dado relevante que é suprimido do traçado da política econômica nacional é o fenômeno que cognominamos de placas tectônicas monetárias que reproduzem, analogamente o chamado policentrismo tripolar (EUA x UE x ASEAN), como foi chamado o cenário que substituiu a polarização entre EUA x URSS, cognominada guerra fria. Assim é que a placa européia com o tratado de Maastrich e a adesão do leste europeu já está bem dizer consolidada. A ASEAN, caminha a passos largos para uma autonomia frente aos mecanismos ocidentais. No entanto a ALCA, zona onde estamos inseridos, entre marchas e contra-marchas, caminha a passos de formiga baldados os esforços hercúleos dos entes multilaterais para consolidação de um espaço similar nas Américas.

Assim é que nesta macro-engenharia internacional de acoplamento político-econômico das nações americanas, por indução dos entes multilaterais (OMC/GATT, FMI, World Bank) falhada a concatenação através da política de *currency* na alta, tenta-se a concatenação que é induzida através do rebaixamento do dólar frente ao euro e o yen. Após o efeito samba e o efeito tango fontes européias vaticinaram por volta do ano 2000, com acerto, a desvalorização do dólar frente à moeda européia em 30%. Isto facilitaria uma acoplagem na América Latina, porque uma moeda desvalorizada da Patagônia até o Alaska, propiciaria a implantação de um sistema de *currency board* na baixa, chegando a um meio termo sobre o processo de importação e exportação, frente à Europa e a Ásia, equilibrando da mesma forma os mercados internos dos países latinos e induzindo sobremaneira a concatenação do projeto da ALCA. Este modelo econômico traria benefícios duplos aos EUA, o primeiro, já descrito, colocaria os EUA como matriz incontestada do novo macro-estado pós-nacional que se delinearía nas Américas do norte a sul através do incipiente proto-esboço da ALCA ao mesmo tempo em que, da melhor maneira possível, propiciaria aos americanos a eliminação de seus déficits crônicos que ultrapassam já a casa dos US 40 bilhões de dólares mensais. Sendo certa esta hipótese de trabalho, observaremos num período de prazo médio uma convergência de índices – em virtude da colisão das tendências das políticas econômicas endógena com a exógena – que, por força deste mesmo paradoxo intrínseco, levarão a um asfixia da economia nacional, se não for alterada a política de juros, tributos e salários. No futuro, além duma diminuição no processo de exportação, com a tendência inevitável da queda do dólar, por conseqüência da argumentação expendida, necessitar-se-á do aumento do mercado interno para sustentar o processo produtivo sem desemprego e sem recessão assegurando assim a consolidação da Democracia através da implantação do Plano Real III, que seria a equidistância cambial entre os Planos Real I e Real II.

5. O DÓLAR A UNIÃO EUROPÉIA E O MUNDO

5.1. Afetação no sistema Economico Juridico Social

A aparente fraqueza do dólar é a sua real força. Vários artigos acadêmicos embasados nos vários déficits americanos e encorajados pelos índices comparativos entre várias moedas vaticinam vários cenários alternativos para a persistente queda do dólar. Estes cenários vão desde a visão catastrófica do *crash* total, passam por um esboço de *looping*, em que o dólar terá uma tendência descendente até 2014, quando a partir deste patamar começará novamente a se aprumar e, outros, que apesar dos sinais persistem em considerar que nada mudou e que o dólar ainda é, como sempre foi, um dos fundamentos da política internacional de comércio. Todos estes pensamentos não estão totalmente errados porque o dólar é como o caminhar de um ser humano. O andar do ser humano é um processo de sucessão de desequilíbrios que medeiam entre os vários equilíbrios que separam as margens da sucessão de pequenos saltos que buscam a estabilidade através de intermitentes desestabilizações. O pleonástico “cair um tombo” é uma possibilidade como também o é vencer a corrida de cem metros rasos, ou o agradável passeio até um Shopping-Center.

Observando a dança das moedas neste verdadeiro jogo de xadrez internacional da oscilação dos vários currencys podemos concluir, sem sobra de dúvida, que a aparente fraqueza do dólar é a sua real força. O xeque mate ao rei não se dará através da rainha mais do verdadeiro cavalo de tróia que é o dólar pois ele traz no seu ventre os vetores intrínsecos do sistema liberal.

Poderemos afirmar isto debruçando-nos sobre o balé do realinhamento das forças internacionais em torno das moedas. A União Européia cada vez mais se consolida atraindo novos países do leste europeu e possivelmente da Escandinávia, para a formação de um macro estado “pós-nacional” sob a batuta do euro. O euro, por seus fundamentos é lastreado no Pib e sob um rígido controle inflacionário estabelece a circulação da riqueza numa verdadeira autarquia econômica: a auto-suficiente Europa. A maior parte do comércio internacional da União Européia é feita entre os próprios estados que a compõem. Assim, a União Européia, numa escala integrativa jamais vista, possui o pleno dom da simbiose perfeita. Integra países altamente desenvolvidos com outros minimamente desenvolvidos aglutinando, reciprocamente, as vantagens comparativas diversificadas deste variegado comércio.

Ora, o mundo externo, além das muralhas pretensamente inexpugnáveis deste mega-global-trader está, praticamente alinhado ao dólar sendo que esta aliança se torna mais evidente através do fenômeno do estacionamento – *parking* – dos seus excedentes comerciais nos verdadeiros parceiros/reféns (China detém mais de um trilhão de dólares em reserva; o Brasil mais de 120 bilhões, a Rússia, o Japão, etc...). Assim é que este efeito *parking* enxuga o meio circulante em dólar, altamente inflacionado, não detendo, no entanto o efeito da constante desvalorização do dólar causado pelos fundamentos de todo o déficit americano (balanço de pagamento + déficit público + déficit imobiliário + déficit privado + déficit previdenciário + etc).

O problema do dólar, mais do que um problema americano, passa a ser um problema das demais nações. Das que acompanham o dólar por estar com ele atreladas e da que não acompanha o dólar: a União Européia. Esta última, além de poder importar tudo muito mais barato sofrerá a tendência inevitável de ser a maior exportadora de capital como jamais se viu. Buscará comprar o controle acionário de empresas que estejam dentro da zona do dólar em razão da oferta barata destes ativos. No longo prazo, se gradativamente o dólar não reagir, através deste processo a Europa passará a sentir o seu alto custo social (sua política trabalhista e previdenciária) e um processo de deflação que conduzirão necessariamente a um futuro alinhamento com o dólar sob pena de se precipitar na maior crise social pois a Europa terá a sua cidadela, numa escala maior, semelhante ao problema do Brasil sob o plano Real I, de FHC, acossada sob o sobrevalorização do euro sobre o dólar. O problema monetário é semelhante ao efeito causado na física por dois corpos vizinhos e com temperaturas diversas. A tendência é a troca de energia, que levará ao equilíbrio térmico dos dois sistemas.

Na outra banda do problema, os países alinhados com o dólar, entre os quais o Brasil, (está casado em comunhão de bens através do pacto antenupcial e fiduciário por conta da detenção de US\$120 bilhões) deverão sofrer um verdadeiro “efeito chupa-cabra” na capacidade de investimento estatal, que será tragada de vez pelo investimento na compra de ativos em dólar e pelo processo gradativo e constante, por efeito do mercado, de flexibilização do trabalho, privatização do seguro social, enxugamento do Estado Nacional e todos os possíveis efeitos que levarão a implantação do Mercado Total nos termos das premissas Liberais Ortodoxas. Deste destino não escapará nem a atual cidadela da União Européia. Sob o assédio da desoneração social, sem capacidade competitiva e em razão da migração de seus capitais, ela será forçada a capitular perante o ariete invencível do cavalo de tróia do dólar que implantará, através deste portal, o mercado total, tanto aqui, como acolá e inclusive lá.

5.2. O efeito da exportação de capitais

A Ciência Política, por sua característica eminentemente multidisciplinar que engloba uma visão plúrima das afetações jurídicas, econômicas, filosóficas, éticas, sociológicas, históricas e muitas outras sob determinados assuntos sujeitos ao seu crivo, permite uma melhor avaliação de determinados fenômenos sociais. Cada vez mais fica evidente que o aporte disciplinar, dado sob um único prisma, cria distorções próprias do contágio do viés unitário inerente ao seu universo reduzido. O mundo globalizado para ser bem entendido, mais e mais, necessita de um processo de interligações e conexões que se estabeleçam entre os vários campos do conhecimento humano. Se o século 20 foi o século da especialização, do sábio dentro de um poço, o século 21 necessita, cada vez mais daqueles que não se restrinjam a uma sala do edifício do conhecimento. Conhecer o espaço físico e funcional do entorno do prédio global, num processo interativo, possibilita chegar a conclusões também integrais sobre o processo de gestação do fenômeno social e político.

Foi com base num aporte multidisciplinar entre situações endógenas, que afetam os estados nacionais, e interações exógenas, que afetam as relações internacionais, que no Natal de 2004 vaticinamos a queda do dólar. Os fundamentos estão devidamente documentados e expostos em artigo intitulado *Câmbio, Juros e Política Econômica*, publicado na grande imprensa e na Internet (<http://www.direito.ufrgs.br/pessoais/sergioborja/2004/C%C3%82MBIO.htm>).

A expectativa geral, hoje, é a respeito da manutenção ou não desta tendência. Corroboro, mantendo a linha de razão e conclusão do artigo em epígrafe que, conservando-se a política do Banco Central, devidamente afiançada pelo Presidente Lula, como um todo, o dólar persistirá no seu pouso lento. Assim, através de uma “uma lenta e gradual distensão” da taxa Selic, com a manutenção da política de meta de inflação, o dólar buscará em prazo de médio a longo, na mesma proporção cronológica que vem descendo, um alinhamento com o real.

A partir deste cenário estabilizado, lentamente, o capital especulativo será paulatinamente substituído pelo capital não volátil dos investimentos possibilitando ao Brasil retomar seu crescimento através de um processo similar ou análogo ao chamado “efeito China”.

O suave pouso do dólar a médio e longo prazo, buscando um alinhamento com o real, faz com que necessariamente se imagine os vetores de um novo cenário que começa a esboçar-se no futuro inarredável que virá através:

- a) Do total arrefecimento da inflação pela retração dos preços internos;
- b) A consciência de que a valorização do real, estimado em dólar, com a queda da inflação deverá, necessariamente, estabilizar os salários, sob pena de transferindo custos sociais para as mercadorias, perder-se a competitividade e conseqüentemente levar mais empresas a fecharem as portas; Manter o salário estabilizado, em razão de sua apreciação em dólar é a solução para a manutenção do emprego e a competitividade da empresa; (Aumento de salário regional é proselitismo político cujo custo demagógico em breve ficará demonstrado).
- c) A necessidade lenta, gradual e segura de inversão do “efeito cavalo de pau” por uma descompressão na taxa de juro Selic, no aumento da liquidez bancária com a inversão da taxa de depósito compulsório no Banco Central e com uma fugaz, leve e gradativa oferta do aumento da base monetária. Todos estes atos são possíveis pela política do Banco Central aumentando a liquidez monetária e baixando o custo do capital para investimento através da maior oferta de dinheiro;
- d) A percepção seletiva, do capital rentista, das atividades com vantagens comparativas ou não e o nível de risco envolvido, com reflexo nas taxas de remuneração dos juros comerciais. Uma conduta seletiva frente aos tomadores e à leitura das suas idiosincrasias poderia estabelecer taxas seletivas dos juros comerciais, apertando as atividades com risco cumulado e apетecendo atividades compatíveis com a nova realidade. Abre-se um novo cenário para que o marketing bancário, pressionado pela competitividade, possa criar novos escaninhos, com juros mais plausíveis, adaptados a pontuação de seus clientes

evitando-se assim o viés do paradoxo que se aproxima.

- e) A necessidade urgente de uma reforma tributária evitando a perda de competitividade. Desta forma evitar-se-á a fatalidade do aumento de falências e do sacrifício de mais postos de trabalho por força do custo tributário hoje embutido no custo das mercadorias. Aí está a luta por um novo Pacto Federativo.
- f) A necessidade de eficiência gerencial e tecnológica dos empreendimentos para estabelecer patamares mais baixos para os preços de custo.
- g) O incremento da importação com o conseqüente efeito da substituição de mercadorias do mercado interno que não tenham competitividade (seus preços de custo trazem embutidos custos sociais irreais (demagogia salarial) + impostos + incompetência gerencial e tecnológica).
- h) A necessidade de reciclagem de postos de trabalho das atividades incompetentes para as atividades competentes mediante uma ação pró-ativa tipo Senac, Senai ou Sesc. Resgatar através do ensino técnico e da reciclagem das atividades.
- i) A busca de novos mercados externos por aqueles setores que em face do dumping monetário brasileiro detinham competitividade que gradativamente, com a apreciação do real, passam a obter margens mais reduzidas de retorno;

Estes são alguns pontos que serviriam para iniciar um amplo debate a fim de formalizar para o grande público o que hoje já é uma certeza íntima para grande número de práticos e especialistas.

Excertos retirados de artigos publicados no site da Internet:

Autoria Sérgio Borja - <http://www.direito.ufrgs.br/pessoais/sergioborja/index.htm>

Goldenweiser E.A. Política Monetária Americana – Fondo de Cultura Economica – 1951 – México – fls.126

Opus citae fos.1 127

Opus citae fls. 135

Galbraith – John Kenneth – Moeda de Onde Veio e para onde foi – do original Money Whence it CAME, Where it Went – 1975 – 1995 – Pgress Editorial – 1997 – fls. 196

Galbraith – opus citae fls. 247 usque 253

Volcker – Paulo – A nova Orden Econômica – Ortiz – Poerto Alegre – 1993.

Gyothten Toypo – A Uma nova Orden Mundial – fls 319 opus citae.

Volcker Paul – A nova orden econômica – fls. 56

Volcker – Paulo – opus citae fls. 60

Eichengreen Barry – A Globalização do Capital – Editora 34 Ltda – s.Paulo – fls. 168 usque 169

Duncan Richard – Dollar Crisis - [http://www.silverbearcafe.com/private/\\$crisis.html](http://www.silverbearcafe.com/private/$crisis.html)